

ATA

ENCONTRO DE

MUSEUS DA RPM

21 NOVEMBRO 2022

CENTRO CULTURAL DE BELÉM

CENTRO DE CONGRESSOS E REUNIÕES

SALA ALMADA NEGREIROS



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

CULTURA

**PATRIMÓNIO
CULTURAL**
Direção-Geral do Património Cultural

RPM 
Rede Portuguesa
de Museus

A REDE PORTUGUESA DE MUSEUS

—

PERSPETIVAS DE FUTURO

—

COMUNICAÇÕES



Isabel Cordeiro
Secretária de Estado da Cultura

Exmo. Senhor Diretor-Geral do Património Cultural, Arq. João Carlos dos Santos (na sua pessoa cumprimento a equipa da DGPC que organizou este Encontro, a quem agradeço o empenho e o entusiasmo)

Exmas. Senhoras Diretoras Regionais de Cultura

Exmos. Senhores Autarcas aqui presentes, Diretores, demais responsáveis e profissionais de Museus

Exma. Senhora Presidente do ICOM – Portugal, Dra. Maria de Jesus Monge

Exma. Senhora Administradora da Fundação Centro Cultural de Belém, a quem agradeço toda a colaboração e o apoio prestados

Exmos. Oradores, Clara Camacho, José Gameiro e Manuel Pizarro, com quem tenho o gosto e a honra de partilhar esta sessão e a quem agradeço terem aceitado o repto de comunicarem aqui as suas reflexões sobre o futuro da Rede Portuguesa de Museus.

Hoje é um dia importante para os Museus portugueses e por isso é com enorme satisfação que saúdo todos os presentes, agradecendo a sua presença e vontade de participação.

Os Museus constituem uma prioridade já anunciada da política cultural.

A consolidação da Rede Portuguesa de Museus assume, por isso, natural importância neste contexto.

O retomar dos Encontros da RPM constitui um primeiro sinal de uma renovação que pretendemos incentivar e que, desejavelmente, será participada por todos os Museus da RPM, porque só assim, de modo verdadeiramente transversal, ela se poderá concretizar plenamente.

Em 2000 foi criada, junto do então Instituto Português de Museus, a Estrutura de Projeto para a Rede Portuguesa de Museus, com o objetivo claro de conceber um modelo para a RPM, com a publicação dos seus princípios fundadores e das suas linhas de ação, tendo como eixos programáticos a Informação, a Formação e a Qualificação.

Em 2004, a Lei-Quadro dos Museus, aprovada pela Lei nº 47/2004, de 19 de agosto, consagra a RPM como um sistema organizado, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus.

Desde aí, a estrutura da RPM passou por várias fases, de Estrutura de Projeto passou a Estrutura de Missão, viu as suas competências serem integradas em departamentos do Instituto dos Museus e da Conservação, e, desde 2012, serem integradas numa estrutura flexível da Direção-Geral do Património Cultural.

Em 2013, por ocasião do último Encontro da RPM, na altura com 137 museus credenciados, referimos: “é essencial reconhecer que foi percorrido um caminho partilhado, que permitiu a construção de um fortíssimo conjunto de adquiridos, quer no plano normativo, quer no plano da requalificação efetiva dos museus. Esta construção conjunta, que muito requalificou a realidade museológica, tem que ser valorizada, potenciada e capitalizada”.

Continuo a acreditar nestes princípios. Hoje, decorridos 22 anos desde a criação da RPM, agora constituída por 165 museus, importa repensar o posicionamento estratégico da RPM no contexto atual da Política Museológica Nacional, valorizando os adquiridos, mas dando-lhe um novo fôlego, conceito, programa e perspetivas de futuro, em estreita articulação com as dinâmicas locais e regionais, que ao longo dos últimos anos conheceram em muitos casos uma notável evolução.

Nesta nova conjuntura, o trabalho da RPM, concretizando a vocação de promoção transversal dos padrões de qualidade e de afirmação dos museus no terreno, que a integram, passará por desenvolver o trabalho em rede, o que significa dar materialidade e tessitura de rede, a uma estrutura em que a comunicação e o conhecimento entre todos os intervenientes constituem fator crítico de sucesso.

E, portanto, é essencial recuperar o conhecimento e desenvolver o trabalho entre Museus, no terreno, com as redes geográficas e temáticas já existentes ou a criar, e também com as outras redes nacionais que fizeram também a sua evolução (a rede de bibliotecas, a rede de cineteatros) e, ainda, a seu tempo, com as redes internacionais congéneres.

É necessário **transversalizar, comunicar e participar** - seja no interior de cada instituição, seja no âmbito de redes geográficas e de redes temáticas, seja no quadro da rede nacional – e, por isso, o trabalho da RPM tem que ser cada vez mais um trabalho de **proximidade e descentralizado**, o que significa envolver novos atores e implica definir novos núcleos, ou nós, de uma rede abrangente e capilar no tecido museológico.

A definição de **museus núcleos de apoio**, figura prevista na Lei-quadro dos museus, a respetiva implementação e distribuição geográfica, adquire por isso particular relevância e deverá ser planeada, porque será decisiva para conferir estrutura a uma rede assente em princípios de **transversalização e participação** de todos os **envolvidos**.

Convoca-se assim a participação mais direta voluntária e responsável das melhores práticas, dos melhores exemplos, num processo de consolidação da rede, onde diferentes tutelas poderão intervir e participar.

A par de outras iniciativas de renovação da RPM, a comunicação regular com recurso a diversos meios e o digital adquirem particular pertinência, apoiando o conhecimento das melhores práticas e a coesão do universo da RPM.

Por outro lado, a continuidade do **programa ProMuseus** – que deverá premiar a candidatura, orientada para temas e projetos em parceria entre vários museus, independentemente da respetiva tutela. Esta nova orientação contribuirá decerto para favorecer também o trabalho em rede, a itinerância de projetos expositivos, ou outros, apoiará também esta necessária consolidação, conferindo coerência e estrutura à RPM.

Sem perder de vista os critérios de qualidade que caracterizam os museus, que estão instituídos na Lei-Quadro dos Museus e estruturam o processo de credenciação, a RPM deverá continuar a crescer, tendo também em conta a necessária monitorização das diversas realidades e ponderar analisar realidades diferentes como as coleções visitáveis.

A tão necessária plataforma de credenciação, em desenvolvimento pela DGPC no âmbito de um ambicioso plano de transição digital, os termos de candidatura ao Promuseus com base nos princípios enunciados, o reforço da comunicação e a realização de encontros regulares entre os museus, são linhas fundamentais de trabalho, a prosseguir no imediato.

Este Encontro de Museus da RPM marca um novo ciclo do trabalho em rede, que deverá assentar na definição de novas orientações estratégicas, ou seja, em novos eixos que definam um novo programa de atuação, com os quais os profissionais se identifiquem, numa lógica participativa e voluntária, mas também descentralizada e responsável.

Para tanto, será em breve criado um Grupo de trabalho que dará corpo ao que aqui se refletir hoje, bem como ao contributo de outros especialistas, do Conselho Nacional de Cultura, do ICOM e da APOM que serão também naturalmente auscultados. Este grupo de trabalho definirá a implementação das novas linhas de atuação da RPM, assentes nos conceitos de **transversalização, comunicação e participação**.

Ouviremos de seguida as reflexões de Clara Camacho, de José Gameiro e de Manel Pizarro, as suas interrogações e propostas de orientações de futuro para a RPM, a quem mais uma vez agradeço.

E também por isso, antecipo e desejo vivamente que o debate que se segue seja bastante participado, frutuoso e diria mesmo fundamental para o trabalho que queremos prosseguir, na convicção que o debate de ideias, convergentes ou divergentes, se alicerça na vontade comum de definir novos caminhos para a RPM.

Este é o momento da consolidação da Rede Portuguesa de Museus e do seu papel na promoção transversal dos padrões de qualidade dos museus portugueses, provocando, necessariamente, um pensamento e um agir diferentes no posicionamento estratégico dos

museus, na valorização dos seus profissionais, na consistência das missões que prosseguem, na ligação aos públicos, comunidades e territórios em que se inscrevem. Será também desse modo que poderão reforçar decisivamente a sua ativa participação na RPM e dar o seu contributo decisivo não só para o desenvolvimento do tecido museológico nacional, mas também para a valorização do tecido económico e social do país.

Assume, por isso particular relevância este Encontro aberto sobre as perspetivas de futuro da Rede Portuguesa de Museus, bem como a reflexão e as conclusões que daqui emanarão.

Uma palavra final para felicitar vivamente os nove Museus que hoje recebem formalmente os documentos de adesão à RPM e agradecer à equipa da DGPC o trabalho que realizou ao longo do processo de credenciação.

Muito obrigada pela V. atenção.



Clara Frayão Camacho

Direção-Geral do Património Cultural

É mestre em Museologia e Património e doutorada em História com tese sobre redes de museus e sistemas de credenciação na Europa. Foi coordenadora do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, docente de Museologia em diversos cursos de pós-graduação e mestrado, coordenadora da Estrutura de Projeto da Rede Portuguesa de Museus, Subdiretora-Geral do Instituto Português de Museus e do Instituto dos Museus e da Conservação e coordenadora de grupos de trabalho, sendo o mais recente o Grupo de Projeto Museus no Futuro, de 2019 a 2021. É autora de artigos em Museologia e em particular sobre redes de museus. Atualmente é técnica da Direção-Geral do Património Cultural e colabora com o Plano Nacional das Artes, onde coordena o projeto Compromisso de Impacto Social das Organizações Culturais.

Boa tarde a todas e a todos,

Por iniciativa da Senhora Secretária de Estado da Cultura, estamos aqui reunidos para ajudar a perspetivar os próximos anos da RPM. Felicitando-a vivamente por esta iniciativa e agradecendo o convite que me foi dirigido, confesso que hesitei entre os vários rumos que podia dar a esta apresentação ou, por outras palavras, como aproveitar o melhor possível os meus 15 minutos. Entre hipóteses mais pragmáticas ou mais conceptuais, estruturadas de forma mais académica ou mais estratégica, sob o enfoque da Museologia ou das políticas públicas, a verdade é que acabei por optar por explorar as **três palavras-chave** que imediatamente me ocorreram ao pensar nesta conversa: **utopia, políticas e participação**. E começo com **uma história**.

No dia 24 de novembro do ano 2000, numa tarde particularmente chuvosa e tempestuosa, a Raquel Henriques da Silva, à época diretora do Instituto Português de Museus, a Joana Monteiro, a Cláudia Freire e eu, da recente Estrutura de Projeto da Rede Portuguesa de

Museus, chegámos à cidade do Porto para a primeira reunião de base territorial, de um conjunto de cinco, programadas para todo o país, com o objetivo de discutir as linhas programáticas da RPM. Tínhamos preparado, entre agosto e outubro desse ano, um documento para colocar à consideração do setor museológico português numa metodologia participativa inédita no Ministério da Cultura. Dávamos, talvez sem grande autoconsciência, um salto para o desconhecido.

A apresentação estava marcada para a Casa Guerra Junqueiro e, à medida que nos aproximávamos no meio do temporal, crescia em nós a convicção de que iríamos encontrar meia dúzia de colegas que tivessem interesse neste novo projeto. Ao chegarmos, já em cima da hora, à Casa-Museu, fomos surpreendidas pelas cerca de 80 pessoas que nos aguardavam, vindas dos mais distantes ou próximos museus municipais, museus da administração central, universidades, fundações, empresas, associações e, com destaque na primeira fila, os senhores padres e cónegos do Cabido de Braga. A reunião foi animada, participada, calorosa e muito questionante, com trocas de opiniões e esclarecimentos sobre o que poderia ser a rede de museus que se pretendia implementar em Portugal.

Retrospetivamente, acredito que foi no final dessa reunião, há precisamente 22 anos, que tivemos a certeza de que o projeto tinha pernas para andar, ia ao encontro das principais necessidades dos museus portugueses e só podia ser desenvolvido num ambiente colaborativo e com o envolvimento de todos: tutelas, lideranças e profissionais. Creio que foi nesse momento que a Rede Portuguesa de Museus **saíu dos diplomas legislativos e entrou no terreno**. A RPM tinha sido criada num contexto de rápido crescimento do número de museus, como um modelo de “resposta ao caos”, para usar a expressão do italiano Maurizio Maggi, e à necessidade de estabelecer regras, modos de cooperação e partilha de recursos, através da utópica figura da rede. A RPM era um fruto simbólico da década de 1990 que assistiu à institucionalização da área da Museologia, alicerçada num organismo próprio, o Instituto Português de Museus.

Daí para cá, a história da Rede Portuguesa de Museus é conhecida, tanto por aqueles que a têm vivenciado diretamente, como pelos que dela tomaram conhecimento através de

artigos, entrevistas, estudos, dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Cada um fará o seu juízo e não é para falar de balanços que hoje nos encontramos, mas para pensar o futuro, não obstante tal exercício carecer de um diagnóstico de partida sobre o qual tomem corpo os objetivos e as ações que vierem a ser desenhados.

Gostava de situar a presente reflexão numa contínua travessia em que os olhares retrospectivos ajudam a construir o que há de vir e em que **a análise dos sucessos ganha em ser complementada pela revisão dos erros e dos falhanços**. No que toca à RPM, a avaliação beneficiará da ponderação das metas e resultados atingidos, bem como dos retrocessos e omissões ao longo da jornada. O historial da implementação das políticas públicas não é um caminho linear, isento de pedras, de escorregadelas e até mesmo de quedas. As interrupções, a ausência de estratégia e a quebra dos recursos humanos tiveram neste caso consequências danosas que só um esforço conjunto de decisores políticos, lideranças e equipas permitirá ultrapassar.

Nesta apresentação, darei prioridade a algumas propostas para a revitalização da RPM sem deixar de aflorar a atualidade do **caráter utópico das redes**, socorrendo-me de uma iniciativa recente.

No início deste ano, entre fevereiro e abril, o Centro Georges Pompidou em Paris apresentou a **exposição “Redes-mundos”**, em que 60 artistas, arquitetos e designers se interrogavam sobre o lugar das redes na nossa sociedade.

Das redes imateriais da sociedade da informação às redes artificiais e à influência da Internet, a exposição abordava no último módulo a rede dos seres vivos, que une as espécies, gerando novas formas de conexões entre humanos e não humanos no contexto da crise ecológica que nos consciencializa para a interdependência de todas as coisas. Nesta ótica, a infinitude e o caráter utópico, que são traços distintivos das redes vivas, transparecem nas suas características de adaptabilidade, flexibilidade, ausência de centro e capacidade de reorganização, à maneira das células nos processos biológicos.

Assumindo o reposicionamento das redes no mundo contemporâneo, como entidades vivas, plásticas e policentradas, que inspiração podemos colher para a perspetivação da Rede Portuguesa de Museus?

Vinte e dois anos depois da sua criação formal, muito mudou na paisagem museológica portuguesa nos planos tecnológico, educativo, territorial, organizacional e de relação com os públicos. Ciente destas mudanças que não tenho tempo de detalhar, os meus principais contributos emanam de um coletivo que tive o privilégio de coordenar de 2019 a 2021, o **Grupo de Projeto Museus no Futuro**, criado pela Ministra da Cultura, Graça Fonseca.

Partimos da premissa de que será necessária uma refundação, uma **mudança de paradigma da RPM, baseada em três linhas de ação: conhecer; repensar e reestruturar; unir e programar**. As propostas que apresentámos são de ordem estrutural, organizacional e programática. Todas exigem pensamento estratégico, foco nos princípios e valores da RPM, atenção ao território, vontade de mudança, flexibilidade e equipas motivadas.

- **1º vetor, conhecer**

Para efetuar um diagnóstico das necessidades, é preciso conhecer o estado atual dos museus que integram a Rede Portuguesa de Museus, os quais foram afetados de formas diferentes pelos efeitos da crise financeira a partir de 2010, e mais recentemente pelo confinamento ditado pela pandemia.

Em linha com a prática de aplicação de inquéritos aos museus portugueses, iniciada em 1998 com o Inquérito aos Museus de Portugal e interrompida em 2012, recomenda-se:

o lançamento de um inquérito ao panorama museológico em Portugal, incluindo:

a caracterização dos museus, dos seus recursos, acervos, instalações, parcerias, visitantes e participantes; a caracterização específica da RPM e do seu funcionamento; o apuramento

de indicadores de evolução da RPM; a consulta aos membros da RPM sobre o futuro desta Rede.

Concedo imensa importância a este último item: os próprios museus, membros da RPM, deveriam ser auscultados e envolvidos na revivificação desta rede, fazendo uso de mecanismos de governação participativa, no espírito da Convenção de Faro, e recorrendo a encontros presenciais e plataformas tecnológicas.

- **2º vetor, repensar e reestruturar**

Na reperspetivação da RPM, propõe-se um modelo organizativo diferente do inicial que, como se recordam, assentava numa grande autonomia da Estrutura de Projeto, ancorada num Instituto Público. A realidade atual é profundamente distinta, sendo por isso indispensável repensar o papel do organismo central do Estado, a DGPC, e dos seus Museus Nacionais, bem como das Direções Regionais de Cultura e dos seus museus, em especial no atual contexto de transferência de competências para as CCDR.

Sugere-se a distinção entre **dois núcleos organizativos da RPM: o primeiro, baseado na “credenciação” e o segundo na figura da “rede”**.

O primeiro núcleo, com funções típicas da atuação do Estado, focar-se-ia na credenciação, regulação, monitorização, formação, apoio técnico e financeiro e seria da competência da DGPC. Entende-se como pertinente que a apreciação das candidaturas à credenciação não fique restrita à análise técnica exclusiva dos serviços da DGPC, recorrendo a uma bolsa de consultores externos, formada por peritos, quer de Museus Nacionais, quer de outros museus. É um modelo posto em prática noutros países com longa experiência de acreditação de museus, como é o caso do Reino Unido e da Irlanda.

O segundo núcleo organizativo da RPM estaria dedicado às matérias colaborativas próprias de uma rede e do trabalho em rede. Teria como funções a articulação, o estabelecimento de parcerias, a programação de projetos em rede, trocas de conhecimentos e de recursos, numa economia de meios e com uma maior eficácia na

prestação de serviços aos públicos. Poderia tomar a forma de um grupo responsável pela dinamização programática da Rede, eleito entre os seus membros, que estabeleceria as necessárias pontes com a DGPC, numa perspetiva policentrada, e seria assessorado por uma equipa técnica descentralizada de pequena dimensão, garantida pela DGPC.

Ainda no plano estrutural, ao Estado competiria dotar a RPM dos suportes que estão por cumprir desde a publicação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses:

a criação de “**museus âncora**”, designados como “núcleos de apoio a museus” naquela lei. Esta medida implicaria a participação de Museus Nacionais e de museus da RPM dependentes de outras tutelas, que se destaquem pela qualidade dos serviços prestados em determinadas áreas disciplinares e temáticas, conforme estabelecido na LQMP. Estes “museus âncora” ficariam responsáveis por apoiar tecnicamente outros museus nas áreas da sua especialidade e por promover sinergias locais e regionais, nalguns casos formalizando realidades já existentes no terreno, através da dotação de melhores condições técnicas e de recursos.

A sua seleção seria baseada em critérios claros e consensualizados em função da sua área disciplinar, temática ou geográfica, envolvendo os membros da RPM. Antevê-se um processo faseado, que poderia começar pela instalação de projetos-piloto, estendendo-se progressivamente a todo o país e assegurando representatividade regional.

Uma Rede Portuguesa de Museus mais forte e atuante carece também de **Museus Nacionais robustecidos**, que cumpram as funções previstas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, apoiando tecnicamente outros museus nas áreas de especialidade das suas coleções e funcionando como focos de inovação e de experimentação.

- **3º vetor, unir e cooperar**

A potenciação do trabalho em rede e da circulação de conhecimento demandaria uma linha de trabalho continuada de partilha de informação sobre parcerias e boas práticas, alimentada em plataformas digitais de acesso comum.

Como primeira etapa, recomenda-se:

Criar um portal da Rede Portuguesa de Museus e retomar a realização de encontros, como este que em boa hora a Senhora Secretária de Estado promoveu:

- a) no portal, favorecer a partilha de informação, reporte, receção de contributos, divulgação de iniciativas e fóruns virtuais;
- b) nos encontros, impulsionar o debate de temas da contemporaneidade museológica, escolhidos pelos membros da RPM.

Ainda no objetivo estratégico “unir e cooperar”, importaria retomar outra medida da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, também por cumprir:

as **redes temáticas de museus**, organizadas por disciplinas e temas das coleções. Estas redes, compostas por profissionais, seriam catalisadoras da criação de grupos de trabalho, da formação em rede, quer à distância, quer em contexto profissional, envolvendo museus com coleções e temas afins, como por exemplo, arqueologia, etnologia, escultura, vidro ou o património industrial. Na prática, recomenda-se a inclusão no **Programa ProMuseus de um eixo de apoio à criação de redes temáticas de museus da RPM**.

Estas recomendações do relatório Museus no Futuro só fazem sentido se a RPM for **um espaço favorecedor das parcerias e das colaborações com organizações** de cidadãos, grupos de amigos dos museus, associações de defesa do património cultural e de solidariedade social, outras organizações culturais, como bibliotecas, arquivos ou teatros, empresas das áreas da conservação e da transformação digital. A RPM ganhará na interação com outras redes da área da cultura e com planos e estratégias nacionais, como o Plano Nacional das Artes. A expansão da ação da RPM no território, em colaboração com os agentes locais, ajudará a potenciar o impacto social, cultural e educativo dos museus e a afirmar a sua relevância junto das pessoas e das comunidades, afinal a razão de ser e a missão central das instituições museológicas. A este propósito, tenho a expectativa de que o Compromisso de Impacto Social das Organizações Culturais, em cuja

formulação está atualmente envolvida no âmbito do Plano Nacional das Artes, em parceria com a DGPC, venha a constituir a partir do próximo ano um útil instrumento de apoio ao planeamento e autoavaliação dos museus.

Se estas são propostas do relatório *Museus no Futuro*, gostaria, a finalizar, de assinalar algumas **expectativas pessoais** relativamente ao papel dos quatro atores essenciais ao desenho do futuro da RPM: o Estado, as tutelas dos museus, os seus diretores ou responsáveis técnicos e as equipas.

Do Estado, espero a criação de condições para a participação dos membros desta rede no desenho do seu futuro, os recursos para a sua reestruturação, a alimentação e dinamização da RPM, e uma constante atenção aos seus membros, em particular aos museus mais pequenos e aos localizados fora dos grandes centros.

Das entidades de tutela dos museus, espero a garantia dos meios, recursos e condições para o funcionamento destas instituições, autonomia e confiança nas lideranças técnicas, envolvimento dos museus nas redes de desenvolvimento local e regional e favorecimento do equilíbrio entre a preservação dos patrimónios culturais e a transformação social.

Dos diretores ou responsáveis técnicos dos museus, espero sentido de curiosidade para aprofundar o potencial de pertença à RPM, explorando as semelhanças e complementaridades com outros museus, aprofundando a comunicação interna, promovendo uma gestão democrática e o envolvimento das suas equipas.

Das equipas, espero proatividade e abertura à mudança, encarando a participação e a implicação na RPM como fatores de capacitação e motivação, reforço das competências, envolvimento na aprendizagem entre pares e promoção de uma cultura da partilha.

Os tempos que vivemos são marcados por incertezas, dúvidas, ameaças e por questões globais que fazem apelo a uma cooperação incontornável entre indivíduos e entre organizações. Utilizo novamente a **metáfora da rede viva**, da exposição do Centro

Pompidou, para lembrar que a RPM deve constantemente irrigar os canais e fluxos de comunicação entre os seus membros. A malhagem da rede será reforçada através dos fios que ligam os museus, prestando atenção às zonas na penumbra, àquilo que falta matizar, aos museus que não participam ou não exploram o potencial da conectividade, às pontes que devem ser estabelecidas com aqueles que na sociedade não têm acesso ao potencial dos museus. A meu ver, a assunção do paradigma da rede viva reforçará o papel articulado, orgânico e ágil da RPM e ampliará o impacto dos museus que a constituem.

A concluir, volto às três palavras iniciais: utopia, políticas e participação. Tentei propor algumas medidas no quadro das políticas públicas e evidenciar o lugar que atribuo à participação de todos no futuro da RPM. Tudo fará sentido se não perdermos de vista o **pensamento prospetivo utópico**. Para que serve a utopia, perguntarão. Para olharmos o horizonte, sabendo que à medida que damos 10 passos, ela se afasta outros 10 passos, como magistralmente sintetizou o escritor uruguaio Eduardo Galeano (citando o realizador argentino Fernando Birri). A utopia serve para caminhar, diz Galeano. Vamos fazer essa caminhada, vamos ajudar a redesenhar os caminhos da RPM.



José Gameiro

Diretor Científico do Museu de Portimão

Mestre em “Gestão e Administração do Património Cultural”, pela Universidade do Algarve e Licenciado em Artes-Plásticas”, pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, tendo realizado estágio no Musée Dauphinois-Centre du Patrimoine de L’Isère de Grenoble, em França. Desempenhou as funções de Júri do Prémio Museu Europeu do Ano (EMYA-European Museum of the Year Award) e Prémio Museu Conselho da Europa (Council of Europe Museum Prize), tendo sido nomeado Presidente do Júri do EMYA, entre 2015 e 2018. É membro dos órgãos sociais da Comissão Nacional do Conselho Internacional dos Museus (ICOM-Portugal) e do Grupo Coordenador da RMA-Rede de Museus do Algarve. Integra a SMUCRI-Secção de Museus e Conservação, Restauro e Património Imaterial, para o qual foi nomeado na qualidade de “personalidade de reconhecido mérito”. É o coordenador do acordo de parceria entre o EMF-European Museum Forum e o Museu de Portimão. Tem exercido as funções de museólogo, formador, professor e consultor nas áreas da museologia e do património industrial, sendo responsável pela programação de projetos e atividades em parcerias nacionais e europeias do Museu de Portimão. Foi distinguido pela APOM-Associação Portuguesa de Museologia com o prémio Museólogo do Ano 2022.

Em primeiro lugar, agradeço o convite da Sr^a Secretária de Estado da Cultura Isabel Cordeiro, e cumprimento todos os presentes, os meus colegas de mesa e em muito especial a Clara Camacho, com quem tive o prazer de participar, a partir de 2000, no Grupo de Trabalho, criado no âmbito da então designada Estrutura de Projeto-RPM, situada na Calçada da Memória, nome perfeitamente adequado para este despertar e renovar de memórias que hoje aqui pretendemos analisar e discutir.

Eu creio sinceramente que, para todos nós, este era um momento muito aguardado e necessário para regressarmos ao reencontro dos Encontros RPM, para retomar um diálogo mais direto e interativo, que se encontrava suspenso.

Uma estimulante iniciativa para partilharmos uma reflexão sobre quais as metodologias mais horizontais, abertas e promotoras de uma maior participação sobre o futuro da Rede Portuguesa de Museus, que no primeiro número do antigo Boletim Trimestral RPM, saído em Julho de 2001, era designada como “sistema de mediação e articulação entre entidades de índole museal, tendo por objetivo a promoção da comunicação e da cooperação com vista à qualificação da realidade museológica portuguesa”.

De facto, o que caracteriza o ADN de uma qualquer rede, não é a maior ou menor quantidade dos seus nós (ou dos seus museus no caso da RPM), mas sim a qualidade da sua capacidade de uma constante comunicação e cooperação pró-ativa, sendo esse atualmente um território que tem permanecido mergulhado neste últimos anos, numa profunda passividade letárgica da qual é urgente despertar.

Reativar a RPM é preciso! Reiniciar e perspetivar um outro caminho para esse desígnio de renovação da RPM é urgente e fundamental e espero que esta iniciativa possa contribuir para dar os primeiros passos dessa caminhada coletiva.

Nesse sentido e para uma melhor perceção de eventuais propostas de enquadramento eu começaria por recordar os 7 objetivos da RPM, plasmados no Artigo 103º, da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, de 2004.

- a) A valorização e a qualificação da realidade museológica nacional;
- b) A cooperação institucional e a articulação entre museus;
- c) A descentralização de recursos;
- d) O planeamento e a racionalização dos investimentos públicos em museus;
- e) A difusão da informação relativa aos museus;
- f) A promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas;

g) O fomento da articulação entre museus.

Partindo do 1º objetivo que pretende valorizar e qualificar a realidade museológica nacional; é óbvio que essa realidade museológica nacional em 2022, não é a mesma 22 anos depois do início do processo de adesão à RPM, onde por exemplo entre outros aspetos, não existiam ainda como hoje, com a dimensão que hoje apresentam, as redes regionais e locais de museus, de caráter geográfico e/ou temático, para além das questões mais contemporâneas decorrentes da transição digital, do reforço do reconhecimento de uma maior e cada vez mais imprescindível autonomia técnica e financeira, na gestão da missão e visão museológicas, dos novos modelos funcionais e formas de relacionamento, acessibilidade, inclusão social e cultural, para e com as nossas comunidades, utentes e públicos.

Creio mesmo que, o surgimento das diversas redes regionais e locais de museus de Norte a Sul do país se deveu, por um lado, pela influência e como reflexo de uma avaliação positiva das primeiras expectativas geradas pela dinâmica dos primeiros anos da RPM.

Posteriormente e devido a um certo esvaziamento da sua inicial operacionalidade e de um progressivo afastamento do envolvimento nacional dos museus RPM, foi sentida a nível regional e municipal, a necessidade da continuidade e manutenção de canais de uma maior proximidade de relacionamento informal do trabalho em rede dos seus profissionais, nomeadamente nas parcerias e em iniciativas comuns como encontros, seminários, exposições, formação, atividades conjuntas de divulgação das unidades museais e promoção do seu património cultural e natural.

Sem descurar a óbvia e prioritária revitalização da RPM, considero que há que encontrar igualmente um espaço de reflexão, para a aproximação a esta nova realidade museológica nacional, resultante do conjunto de redes territoriais e temáticas nas quais, coexistem museus credenciados e instituições não credenciadas, no sentido de uma mais pedagógica e transversal motivação de boas práticas, exemplos positivos e o estimular de percursos para dinamizar essa cooperação e o fomento da articulação museológica.

O modelo de organização da RPM tem-se baseado fundamentalmente no sistema de credenciação e qualificação de museus e na formação (centralizada na DGPC) de algumas

temáticas, mas que não deve impedir ou evitar outras formas de participação e de iniciativas geradoras de ação e formação descentralizadas, a partir dos Museus RPM e/ou das Redes museológicas, antes potenciando-as, apoiando-as e reforçando-as.

Seria uma ação altamente pedagógica o reconhecimento e a valorização das Redes de Museus (entre museus RPM e outros), enquanto realidade portadora de uma visão igualmente inserida na filosofia do conceito de rede e do seu alargamento.

Quanto à descentralização de recursos e fomento da articulação entre museus (conforme indicado nos 3º e 7º objetivos), estes são sem dúvida, dois dos aspetos mais relevantes a operacionalizar para se conseguir restituir uma mais correta e equilibrada representatividade geográfica, independentemente do desenho final, e ainda desconhecido, das instituições regionais e suas competências, recentemente anunciadas em termos genéricos, mas desconhecidas na sua especificidade.

No sentido dessa referida representatividade e proximidade territorial, de uma mais efetiva descentralização e fomento da articulação entre museus, seus recursos humanos e logísticos, considero que uma opção poderia passar pela criação de futuros Conselhos Regionais e/ou Territoriais RPM, até hoje inexistentes, os quais poderiam protagonizar a base de um eventual Conselho Consultivo ou Coordenador, mas sem qualquer intenção de se constituírem como um modelo hierarquizante ou tutelar.

Um outro caso de flagrante incumprimento, têm sido os designados “Núcleos de Apoio a Museus”, sendo explicitamente referido no ponto 5, do artº.107º da Lei-Quadro de Museus Portugueses (LQMP), como questão prévia que: “O Conselho de Museus pronuncia-se sobre os critérios que presidem à instalação de núcleos de apoio”.

Não tendo ainda sido pronunciado qualquer parecer sobre os referidos critérios, essa é uma situação impeditiva desse mesmo início de instalação e, só ultrapassada, através de uma proposta de agendamento e aprovação, em próximas reuniões da SMUCRI, para cumprimento do estipulado na Lei-Quadro. Quanto a essa referida instalação é igualmente indicado no seu artigo 107º que:

- Os núcleos de apoio a museus serão instalados em museus nacionais e em outros museus da Rede Portuguesa de Museus, que se destaquem pela qualidade dos serviços prestados em determinadas áreas disciplinares e temáticas” e, mais adiante, é dito que:

- “Serão constituídos núcleos de apoio a museus em todas as áreas geográficas de atuação das comissões de coordenação regional”

Será assim oportuno e igualmente urgente uma reflexão mais aprofundada desta situação, prevendo-se uma consulta e/ou auscultação prévia dos museus, das suas reais capacidades e necessidades para, a partir daí, se desenhar o perfil, os meios e as formas financiamento e atuação dos Núcleos de Apoio, a par da referida definição dos seus critérios, instalação e distribuição geográfica.

O que efetivamente tipifica e caracteriza uma articulação em rede são princípios básicos de transversalidade, horizontalidade no relacionamento, no ato de adesão voluntária, na flexibilidade do trabalho dos seus membros, num alto grau de conexão, através de fluxos inter-relacionais e de complementaridade profissional entre os seus membros, na aptidão de congregar os técnicos, as instituições e as comunidades de uma forma aberta, simplificada, democrática e participativa, em torno de projetos e parcerias comuns.

É também esse papel pedagógico sobre o que representa uma rede, que se torna necessário repensar, sublinhar e dinamizar.

Em teoria, para que tal hipótese reunisse alguma viabilidade de concretização, seria necessário que uma considerável reflexão e maturidade em conceitos como descentralização, regionalização, dotação financeira a nível nacional e regional, autonomia de responsabilidades e delegação de competências, tivessem já sido testadas política, económica e culturalmente consolidadas entre nós, no terreno museológico.

Tendo em conta os antecedentes históricos da RPM, da sua génese e desenvolvimento, considero ser desejável, numa futura gestão orgânica da RPM a plena e definitiva abertura aos próprios museus RPM (via Conselho Consultivo e/ou Conselhos Regionais e/ou Territoriais, etc).

Nesse sentido considero ser oportuno a constituição ou reativação de um Grupo de Trabalho, para continuar este debate de uma forma descentralizada e participada visando a apresentação de uma proposta para a criação de uma futura estrutura mais representativa e renovada da RPM.





Manuel Morais Sarmento Pizarro

Diretor Executivo do Tivka Museu Judaico de Lisboa

Licenciado em História, Variante História da Arte (FLUP), frequentou a licenciatura de Filosofia na Universidade de Navarra (Espanha) e concluiu o Mestrado em Museologia (FCSH-Universidade Nova de Lisboa), desenvolvendo a sua investigação no âmbito da programação Museológica. Profissionalmente, foi formador de Estética e Arte Oriental, tendo também colaborado com diferentes leiloeiras na catalogação e avaliação de obras de arte. Após a conclusão do mestrado, colaborou com galerias de arte na produção e curadoria de exposições, até que, em 2010, integra o pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa como assessor de museologia e património. Nesse contexto, foi membro do Grupo de Trabalho para a criação da Rede Municipal de Museus de Lisboa, entendida como estrutura orgânica e funcional, no qual se previa a reestruturação, requalificação e consolidação das instituições museológicas municipais já existentes e o enquadramento dos novos projetos museológicos a criar. Foi também investigador e formador do projeto MU.SA Sector Alliance, pelo ICOM Portugal, que pretendeu propor soluções face à crescente desconexão entre a formação e educação não formal e o mundo laboral, tendo em conta o ritmo acelerado de adoção das tecnologias de informação no setor museológico.

Desde novembro de 2021 é Diretor Executivo da Associação Hagadá, entidade que tem como missão a criação, implementação e gestão do Tikvá Museu Judaico de Lisboa.

Exma. Senhora Secretária de Estado da Cultura, Dra. Isabel Cordeiro

Exmo. Senhor Diretor-Geral do Património Cultural

Ilustres conferencistas e a todos os presentes,

Boa tarde

Antes de mais, agradeço o convite que me foi endereçado e que muito me honra, para aqui poder partilhar a minha reflexão relativamente à Rede Portuguesa de Museus, estrutura

excecional do panorama cultural Português, embora mais discreta nos últimos anos, e que agora parece haver vontade e fazer sentido reforçar.

Confesso que tive algum receio na hora de aceitar participar neste encontro enquanto orador, uma vez que não trabalho nem alguma vez trabalhei num museu membro da Rede Portuguesa de Museus (que designarei ao longo da comunicação tanto pelo acrónimo “RPM” como pelo termo “Rede”), bem como sei que tenho à minha frente uma plateia constituída por pessoas muito mais experientes e conhecedoras do que eu, sendo muitas delas referentes na minha formação e visão pessoal relativa ao universo dos museus.

No entanto, ao longo dos anos a Rede não foi um total desconhecido para mim, uma vez que tive a oportunidade de participar em vários dos encontros e formações promovidos pela RPM, bem como pude analisar e acompanhar processos de credenciação, quer em contexto académico quer em contexto profissional.

Assumindo, portanto, este exercício reflexivo como a proposta de um olhar exterior, organizo-o tendo como ponto de partida também as minhas atuais funções, enquanto diretor executivo do Tikvá Museu Judaico Lisboa, um museu em constituição, de tutela privada, da responsabilidade da Associação Hagadá. Ocorre-me assim, num tom algo provocatório, fazer uma primeira pergunta: interessará ao futuro Museu Judaico de Lisboa integrar a Rede Portuguesa de Museus? Ou, por outras palavras, quais as vantagens que a Rede atualmente proporciona aos seus membros? Como sabemos, existem museus extremamente competentes no cumprimento do estipulado na Lei-Quadro dos Museus que, apesar disso, não fazem parte da Rede, pelo que não é a integração nesta a prova única e fatal do total cumprimento das obrigações a que a ética e o rigor profissional nos sujeitam.

Anamnese da Rede Portuguesa de Museus

De modo a melhor avaliar o que esperar da RPM, torna-se necessária a anamnese do seu sentido, como foi pensada, os seus objetivos e finalidades, a legislação que a enquadrou e o modelo organizacional que teve sucessivamente, para de seguida entender o que foi atingido e o que se viu, com o tempo, cerceado. De modo a não tornar a apresentação demasiado longa, obvia-se que a sua constituição como estrutura de missão, depois incluída num instituto público e, finalmente, integrada numa Divisão da Direção-Geral de

Património Cultural, acarretou consigo diferentes possibilidades de ação e consequente correspondência aos objetivos que foi assumindo como próprios. No que concerne a estes, o documento mais explícito e sistemático que os refere é a Lei-Quadro dos Museus, 47/2004 de 19 de agosto, que define a Rede como “um sistema organizado, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus”, e estabelece como objetivos, e cito (artigo 102 e seguintes):

- a) A valorização e a qualificação da realidade museológica nacional;
- b) A cooperação institucional e a articulação entre museus;
- c) A descentralização de recursos;
- d) O planeamento e a racionalização dos investimentos públicos em museus;
- e) A difusão da informação relativa aos museus;
- f) A promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas;
- g) O fomento da articulação entre museus.

No âmbito da RPM, os Museus nacionais desempenhariam um papel determinante, e criar-se-iam os núcleos de apoio a museus, em Museus Nacionais ou outros pertencentes à Rede, com as funções de apoiar tecnicamente os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com ele relacionados, de promover a sua cooperação e articulação, de dar pareceres e elaborar relatórios sobre questões museológicas no seu contextos, e de colaborar com o então Instituto Português de Museus na apreciação de candidaturas à Rede, na promoção de programas e de atividades e no controlo da respetiva execução.

A lei-quadro define ainda os critérios do pedido de credenciação, entendida como avaliação e reconhecimento oficial da qualidade técnica de um museu, bem como os efeitos da mesma, que se fazem sentir sobretudo no reconhecimento público.

A estes elementos definidos na Lei-Quadro juntar-se-ão outras vantagens, estabelecidas de modo formal, tais como o acesso a fundos específicos (programa ProMuseus), para

além das visitas técnicas por parte dos Técnicos da Rede aos museus, que muito contribuíram para a identificação de problemáticas e/ou soluções para diferentes questões. Paralelamente, a Rede proporcionou aos seus membros, mas não só, o acesso a diferentes formações e encontros.

No entanto, ao longo do último decénio, sobretudo após a integração da RPM na então criada DGPC, verificou-se um abrandamento nas atividades da Rede, para além da nunca alcançada concretização dos núcleos de apoio a Museus; os encontros dos membros da Rede e as ações de formação tornaram-se escassos ou foram mesmo extintos, descontinuando uma prática que tinha óbvias vantagens sobretudo para a formação de recursos humanos face quer aos novos quer aos antigos desafios que o setor museológico enfrenta em cada momento, bem como, de modo talvez não tão óbvio, para o possível desenvolvimento de parcerias com os outros museus membros.

Assim, nos últimos anos, as vantagens que se mantiveram podem resumir-se a:

- Credenciação –avaliação e reconhecimento oficial da qualidade técnica;
- Acesso a financiamentos – através do ProMuseus.

Estado da Arte

Em suma, Ao cabo de um decénio de evidente abrandamento das atividades da RPM, esta, hoje em dia, trata-se mais propriamente de uma entidade na gestão direta do Estado, com uma estrutura pouco flexível e escassamente permeável à contribuição dos seus membros, com competências limitadas na prática à certificação, regulação e de possibilitação de acesso a fundos fiduciários. É de salientar que, mesmo nestes domínios, parece ser evidente que a sua ação se tem desenvolvido com escassos efeitos: a sua capacidade de controlar o acordado pelo processo de credenciação é diminuta e o acesso a financiamento via ProMuseus fica sempre aquém das necessidades do setor.

O papel histórico da RPM, que foi pioneira e fundamental na sua origem, não se deveu apenas aos processos de credenciação, mas também graças à sua capacidade de favorecer um melhor cumprimento do estabelecido na Lei-Quadro, pela potenciação de formação e estabelecimento de trabalho em rede (geográfica e/ou temática), apesar da

sempre adiada implementação dos núcleos de apoio a museus; Estas ações é que permitiram à Rede designar-se como tal; apesar de haver sempre uma visão mais centralista inerente às instituições públicas portuguesas (há que dizê-lo), a dimensão relacional potenciada pelos diferentes encontros e formações permitiu, formal e informalmente, não só a qualificação dos recursos humanos dos museus RPM como também o estabelecimento de parcerias efetivas entre museus pares, que se encontravam presentes nesses momentos.

Que Futuro para a RPM?

A Rede, apesar de toda a ambição no seu início, teve de trilhar um percurso histórico complexo, como sabemos, constatando-se que a sua cabal implementação nunca foi levada a termo. Entretanto os tempos mudaram, com a entrada em jogo de novos desafios, também para as instituições culturais, e parece ser este o momento oportuno para atualizar o conceito da própria Rede e trazê-lo para o segundo quartel do século XXI.

- Creio que cabe à Tutela, antes de mais, e como sugere o Relatório Final do Grupo de Trabalho “Museus de Futuro”, ouvir os museus integrantes da RPM para indagar o que eles esperam que a Rede seja; a partir daí poderá pensar-se no caminho a seguir;
- Cabe-lhe também decidir se quer manter a atual situação, em que o prestígio de ser associado à Rede se prende apenas por uma credibilização administrativa para certificação e acesso a fundos, ou se pretende ser mais ambicioso e orientar a Rede a ser um organismo que se impõe também como agente social transformador;
- Neste caso, o apoio técnico aos membros da rede, seja pela criação de núcleos de apoio, pela disponibilização de encontros e formações atualizadas às necessidades contemporâneas, e/ou pelo estabelecimento de redes temáticas e territoriais interpares ou articulação com as já existentes, levará certamente a um reconhecimento do papel social da Rede pelos que a integram e, também, dos museus que a ela pertencem diante da comunidade; as consequentes melhorias no serviço público prestado pelos Museus possibilitará, acredita-se, o desenvolvimento do conhecimento e da consciência cidadã daqueles que os visitam e participam nas atividades por eles propostas e que são, no fundo, a razão de existirmos e salvaguardarmos o património à guarda de cada museu.

Sugiro, assim, 3 possíveis (ou mesmo necessários) caminhos a fomentar, que me parecem fundamentais para que a Rede seja efetivamente Rede - Participação, Democratização e Diálogo:

- **Participação** – a RPM, enquanto parte de uma Divisão no seio da DGPC, é naturalmente pouco flexível; mas parece ser que o caminho da RPM poderá passar pelo alargamento de processos participativos na definição e implementação da sua estratégia; Alguns exemplos:

a) **na concretização dos núcleos de apoio a museus no território nacional** - os escassos recursos, humanos e financeiros (também nos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais) faz com que as competências transformadoras pensadas na origem da RPM através dos núcleos de apoio não possa ser assumida unicamente pelos equipamentos tutelados pela DGPC, estando já previsto que estes se pudessem inserir em museus que não da tutela do Estado Central; Esta parece-me ser uma necessidade, e creio mesmo que faz sentido caso se tenha em vista o objetivo da cabal cobertura do tecido museológico nacional; para tal é necessário contar desde o primeiro momento com a colaboração de museus membros da Rede e de diferente tutela que possam albergar os mesmos, sendo necessário prever a disponibilização de recursos humanos e financeiros para esse efeito;

b) **nos processos de credenciação** - parece fazer sentido que a Tutela mantenha a liderança do processo; No entanto, creio que poderia ser dado um papel mais ativo aos membros da Rede no processo de adesão; Seria interessante que o processo e consequentes relatórios técnicos para a integração na RPM fossem elaborados não apenas por técnicos da DGPC/organismo central, podendo ser constituídas equipas mistas com membros da RPM de diferentes tutelas mas com conhecimento da área em que o candidato se insere;

c) **na definição do plano estratégico** - nas recomendações do Grupo de Trabalho “Museus de Futuro”, sugere-se que na RPM se constituam dois núcleos, um com funções de credenciação, de regulação, de supervisão, de formação e de apoio técnico e financeiro, da competência dos serviços da Administração Central, a quem caberia a regulação, a

orientação normativa, as tarefas processuais da credenciação e a atribuição de apoios aos museus da RPM, e outro com funções de articulação, de estabelecimento de parcerias e de programação de projetos em rede, que poderia tomar a forma de um “grupo consultivo”, responsável pela dinamização programática da Rede, eleito entre os seus membros. Não tendo à partida nada contra a proposta, que precisa de maior análise, parece que deveria mesmo revestir-se de uma forma a decidir (a tentação de lhe chamar conselho “Estratégico” é grande). Creio que os membros da Rede deveriam ser chamados a definir as linhas programáticas a levar a termo nas ações deste primeiro grupo e também na definição e implementação da formação e apoio técnico. Muitos museus, para além dos Museus Nacionais, terão uma palavra a dizer quanto às necessidades detetadas nessa área, seja por especialidade científica dos seus recursos humanos seja pelo confronto com realidades específicas que lhes dão uma visão mais abrangente do quadro mental, social, cultural e político que se relaciona com o património e com as comunidades a quem os museus devem servir;

- **Democratização** - na sequência do dito no ponto anterior, e apenas aqui colocado por uma questão de lógica mental (pois este princípio deve ser prioritário em tudo), está a democratização dos processos. Parece ser que a atual RPM carece de implementação de processos democráticos. Obviamente que as sugestões neste particular poderiam ser muitas, mas por uma questão de tempo permitam-me exemplificar duas das que me parecem mais óbvias e possíveis de adotar:

a) parece ser oportuna a conceptualização do conselho estratégico por eleição dos seus membros, em linha com o referido anteriormente;

b) e, conseqüentemente, parece fazer sentido a submissão a votação do plano estratégico anual da Rede pelos Museus integrantes da mesma.

- **Diálogo** - Este ponto tem várias características que me parecem fundamentais, e a tentação de lhe chamar “Comunicação” foi grande. No entanto, optei por este termo para me referir às três dimensões que lhe estão inerentes: necessária fala, necessária audição, necessário retorno. A fluidez e reciprocidade comunicacional parecem-me ser a única possibilidade de criar realmente Rede.

- a) Em primeiro lugar, a comunicação interna. Esta precisa de ser potenciada, e acredito que a melhor forma de o fazer seria pela implementação de processos participativos e democráticos, como referido anteriormente;
- b) depois, a comunicação da rede, entendida no seu todo – criação, como sugerido pelo Grupo de Trabalho “Museus de Futuro”, de portais, fóruns e comunidades online, acompanhados por uma comunicação digital profícua, planeada, frequente e consistente; Tal passa também por assumir uma “Voz pública” coesa e frequente sobre as diferentes realidades e fenómenos que ocorrem no setor museológico nacional e/ou o afetam direta ou indiretamente, à semelhança de outras entidades em Portugal, tais como sejam o ICOM PT e a APOM, e também sobre a forma de comunicados oficiais, quando oportuno;
- c) Por último, a Rede deverá potenciar que os seus museus sejam considerados pelos públicos como “lugares de fala” privilegiados de todas as comunidades que com eles se relacionam, e para isso é necessário ter a coragem de se disponibilizar a ouvir, e fornecer os meios para que tal suceda. Quer nos domínios complexos como nos simples, importa potenciar o papel dos museus na construção da sociedade mais justa, democrática e atenta, e para isso saber o que pensam os que nos visitam relativamente às nossas coleções e narrativas, qual o grau de identificação, pertença ou mesmo inquietação, repulsa e/ou desagrado que as mesmas lhe transmitem, é fundamental.

Conclusão

Sou, pelo dito, da opinião que o futuro da RPM parece passar por dois movimentos: voltar atrás para andar em frente.

- Regressar à origem e entender que o desígnio da RPM ficou truncado com o tempo, limitando-se a dois âmbitos do pensado (credenciação e ProMuseus), nunca tendo visto a sua plenitude (caso específico dos nunca criados núcleos de apoio a museus);

- No presente, compete entender o que os Museus da RPM consideram que esta devia ser e confrontar essa vontade com as reais possibilidades administrativas no atual quadro orgânico; após verificar se este se adequa ou pode ser substituído por uma realidade institucional mais ágil, decidir igualmente se se pretende manter o caráter administrativo da atual rede ou se pretende criar uma estrutura considerada também como um agente social transformador;
- Para o futuro, creio que não haverá outra hipótese senão implementar processos participativos e democráticos para os seus membros, e fomentar o diálogo interno, entre pares e com as comunidades, adotando alguns conceitos como voz pública, e assumir os museus que a integram como lugares de fala, sem receio ao confronto e disponíveis à reflexão, mesmo aquela que os questione.

Apenas um alerta: a implementação de processos democráticos e participativos trará como consequência inequívoca a partilha da responsabilização pelos membros integrantes da Rede; Tal não me parece contraproducente, bem pelo contrário - parece-me antes ser o meio mais efetivo para que a Rede o seja de facto.



Fátima Roque, Diretora do Departamento de Museus, Monumentos e Palácios da Direção-Geral do Património Cultural | **Clara Frayão Camacho**, Direção-Geral do Património Cultural | **Isabel Cordeiro**, Secretária de Estado da Cultura | **José Gameiro**, Diretor Científico do Museu de Portimão | **Manuel Pizarro**, Diretor Executivo do Tikva Museu Judaico de Lisboa.

DEBATE

MODERAÇÃO

Fátima Roque, Diretora do Departamento de Museus, Monumentos e Palácios da Direção-Geral do Património Cultural

Questões de partida:

O que pensam sobre a RPM?

Que perspetivas de futuro para a Rede?

Salvador Patrício Gouveia, Museu do Caramulo, iniciou o debate enunciando dois pontos para discussão: em primeiro lugar, num contexto pontuado por várias organizações e infraestruturas que consomem muito tempo aos profissionais de museus, enfatizou a necessidade de se refletir sobre como pode a RPM, de forma pragmática, ser útil aos museus num contexto pautado por grandes desafios, e também potencialidades, ao nível da digitalização e comunicação. Em segundo lugar, questionou sobre o que irá ser feito para garantir que volte a haver encontros da Rede.



Paulo Renato Trincão, Museu de Ciência e de História Natural da Universidade de Coimbra, prosseguiu referindo ter a expectativa de que, no panorama museológico, a cultura científica venha a ser encarada como elemento estrutural nos Museus, e não processos tecnológicos como a digitalização, que são processos e não fins. Incitou a refletir sobre qual pode vir a ser o papel dos museus universitários na RPM no processo de aproximação entre ciência e cultura, questionando ainda sobre a sua articulação com a Rede de Centros de Ciência e, a nível internacional, sobre a ligação do ICOM à SETEC ou ao ECSITE, em que cada vez mais o museu do objeto e o museu da ideia estão fundidos.

Referiu ainda a sua preocupação com o facto de, no âmbito dos mais recentes programas de bolsas de doutoramento em universidades portuguesas, apenas os museus nacionais poderem participar, sendo seu entendimento que essa possibilidade deveria ser alargada a todos os museus da Rede, incluindo os universitários, de que é exemplo o Museu de Ciência e de História Natural da Universidade de Coimbra.

Maria de Jesus Monge, Museu Biblioteca da Casa de Bragança e ICOM Portugal juntou-se ao debate começando por reforçar a importância do papel de coesão territorial da RPM num momento em se fala tanto de descentralização, enfatizando o carácter nacional e diferenciador desta Rede face à natureza de outras redes geográficas e temáticas, cujo papel e experiência são de igual forma fundamentais. Saudou também a criação do Grupo de Trabalho RPM anunciado na comunicação da Sr.^a Secretária de Estado, reforçando de seguida o teor das intervenções dos vários oradores, destacando em especial a dimensão participativa e a importância de assegurar que haja membros eleitos em todas as vertentes, designadamente no Grupo de Trabalho que vai ser criado.



Neste ponto, **Fátima Roque, moderadora e Diretora do Departamento Museus, Monumentos e Palácios**, resumiu o teor das primeiras três intervenções realizadas e devolveu a palavra ao painel de oradores, convidando **Manuel Pizarro** a comentar.

Manuel Pizarro, do painel de oradores, dirigindo-se a Salvador Patrício Gouveia, referiu que, em seu entender, um dos contributos pragmáticos da RPM passa pela credenciação e que um instrumento como a Rede é importante na medida em que, pela sua dimensão transversal e de conjunto, coloca a especificidade de cada museu em perspetiva, favorecendo um processo de autoconhecimento por parte do próprio museu, desejavelmente em contexto de diálogo com a Rede.

Fátima Roque, moderadora e Diretora do Departamento Museus, Monumentos e Palácios, retomou a palavra e sintetizou alguns aspetos das intervenções do painel de oradores, passando seguidamente a palavra à Sr.^a Secretária de Estado da Cultura, Isabel Cordeiro, convidando a refletir sobre as razões que terão levado à não implementação dos Núcleos de Apoio, tal como preconizado na Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

Isabel Cordeiro, Secretária de Estado da Cultura, começou por referir que essa situação não será certamente fruto do acaso, na medida em que, no seu entender, a atuação no terreno e o trabalho de consolidação da Rede passam por uma gestão de equilíbrios e compromissos. Prosseguiu referindo que a necessidade de criar os Núcleos de Apoio é conhecida por muitos, assim como a dificuldade em fazê-lo, sendo que a sua concretização, tal como sinalizado pelos oradores, passará pela estruturação de um diálogo mais permanente, por uma auscultação no terreno e pelo sentido de equilíbrio que tem de ser comum a todos, uma vez que, forçosamente, definir Núcleos de Apoio implica escolhas e escolher significa não se poder contentar todos. A designação de um Núcleo de Apoio e a posterior adesão ao mesmo pressupõem sempre uma grande responsabilidade, sendo que, à partida, são vários os museus que se perfilam com vocação para se constituírem como Núcleos de Apoio, sejam de carácter nacional, regional ou local, nomeadamente municipais, na medida em que se apresentam como referências no panorama museológico nacional. Portanto, em seu entender, há que estabelecer um

diálogo com esses museus e com as suas tutelas, para que a responsabilidade e partilha possam surgir. Prosseguiu afirmando que uma rede é uma realidade que se constrói transversalmente, num processo democrático de adesão voluntária e de partilha de responsabilidades, onde deverá ser revisto o lugar do organismo da administração central, nomeadamente o peso da obrigação de tudo fazer e a tudo chegar. Concluiu referindo que a consolidação do tecido museológico e a própria evolução dos museus nos últimos anos são adquiridos com força suficiente para se conseguir chegar verdadeiramente a uma rede, que integre os museus locais, os museus regionais, os museus temáticos e as redes temáticas no seu processo de decisão *ad initio* e não como resultado, como consequência.

Fátima Roque, moderadora e Diretora do Departamento Museus, Monumentos e Palácios, mantém a palavra no painel de oradores, convidando **José Gameiro** a intervir.

José Gameiro, reportando-se a um aspeto da intervenção de **Maria de Jesus Monge**, esclarece que as redes regionais de museus são constituídas quer por museus da Rede, quer por outras instituições. No caso da Rede de Museus do Algarve, esta é constituída por 23 estruturas, das quais seis são museus. Esta Rede defende a ideia da inclusão, não só ao nível da valorização do património cultural, mas também do património natural, pelo que integra entidades como o Parque da Ria Formosa, os Centros de Ciência Viva, instituições privadas e municipais. A Rede de Museus do Algarve assenta numa forma de organização partilhada e de proximidade, modelo que defende ser o da RPM do futuro. Defendeu a necessidade de se ouvir, em primeiro lugar, os museus da rede de cada região, na perspetiva de que estes se possam constituir enquanto plataformas de relacionamento com outras estruturas que não sejam da rede, sendo essa uma forma de imprimir proximidade e democratização a um relacionamento de índole nacional. Prosseguiu enfatizando que lhe parece essencial o envolvimento regional na construção do diálogo que se pretende, através da participação de elementos que são responsabilizados pelas próprias estruturas a que pertencem, e na preparação do futuro da RPM como uma estrutura consultiva, cooperativa ou participativa.

Fátima Roque, moderadora e Diretora do Departamento Museus, Monumentos e Palácios, passa de seguida a palavra a **Clara Camacho**.

Clara Camacho, reportando-se à intervenção de **Salvador Patrício Gouveia**, refere ter sido por ele elencada uma questão-chave, que é a do que se pode fazer de forma pragmática para que haja na RPM um rumo mais participativo e com mais atividade. Prosseguiu referindo que o caminho pode ter várias ramificações, visões complementares e não necessariamente convergentes. Em seu entender, numa primeira fase, o caminho passa pela auscultação aos museus membros da rede, nomeadamente ao nível das suas necessidades, objetivos, sendo que haverá questões que podem não surgir no contexto do presente Encontro, sendo por isso a seu ver pertinente prever-se o lançamento de uma etapa de escuta e receção de contributos, nomeadamente sob a forma de uma plataforma digital. Prosseguiu referindo que um outro elemento que lhe parece decisivo reside no facto de os serviços da DGPC terem papéis decisivos, nomeadamente enquanto mediadores e facilitadores, daí dependendo o maior ou menor alcance do envolvimento do museu e dos profissionais no processo de auscultação. Concluiu referindo a importância da atividade do Grupo de Trabalho que há de ser constituído, na convicção de que daí resultará a definição de uma estratégia, amplamente discutida em processos participativos e abraçada por todos. Reportando-se de seguida à intervenção de **Paulo Renato Trincão**, realçou o papel decisivo dos museus universitários para a RPM, nomeadamente ao nível da ligação a redes de conhecimento e de circulação de saber, sendo que, em seu entender, a RPM só ganhará com a abertura das suas fronteiras a outras redes já existentes e com o reconhecimento das questões e problemas comuns a que têm de se dirigir. Acrescentou que, nessa medida, o diálogo com os Centros de Ciência Viva, com as redes de conhecimento e de ciência, só vem enriquecer o debate sobre a reperspetivação da rede e sobre o caminho a seguir para que os museus, efetivamente, cheguem de forma mais qualificada, mais envolvente e mais participada aos públicos e às comunidades.

Fátima Roque, moderadora e Diretora do Departamento Museus, Monumentos e Palácios, devolveu a palavra à assistência para nova ronda de questões.

Dália Paulo, Museu Municipal de Loulé, reconhecendo que o percurso de mais de 20 de anos de existência da RPM nem sempre foi fácil, valorizou o que considera ser um dos grandes contributos da Rede para os museus, que consiste no facto de, através da sua atividade, ter proporcionado a existência de museólogos e de corpos técnicos qualificados nos museus, cujo capital de conhecimento se lhe afigura fundamental para o debate de reperspetivação da Rede que se anuncia, no ambiente de diálogo tão bem evocado por Manuel Pizarro. Prosseguiu sublinhando outro ponto que considera essencial e que consiste na necessidade de prosseguir os trabalhos de relançamento da Rede de uma forma simples, eficaz e eficiente, questionando a exequibilidade e eficácia de ter museus regionais ou redes regionais de museus como interlocutores dos museus da RPM, na medida em que, por um lado, a dinâmica e o impacto dessas entidades, em alguns casos, têm vindo a decrescer, e, por outro, não se dever diminuir ou desresponsabilizar a tutela nacional e a existência de uma RPM forte e dialogante com todos os seus membros.



Isabel Vítor, Museu Sporting, prosseguiu e, reportando-se à intervenção de Manuel Pizarro, concretamente à questão sobre se vale a pena candidatar um museu à RPM, referiu que, no caso do Museu Sporting, a credenciação foi encarada como uma oportunidade muito interessante e de crescimento, um ensejo para realização de um trabalho reputado como muito pedagógico, sobretudo no contexto da equipa jovem e multidisciplinar do Museu, realçando o orgulho da equipa do Museu em integrar a RPM e de ser o primeiro Museu de desporto a fazê-lo. Prosseguiu destacando a expectativa com que encaram a possibilidade de a Rede ganhar, a um tempo, o fôlego, o pragmatismo e a simplicidade que têm sido referidos ao longo do debate, através de mecanismos de proximidade, e de esta valorizar a comunidade de técnicos de museus, a sua experiência e qualificação. Enfatizou o facto de nos últimos 20 anos se ter crescido muito ao nível das entidades que representam os museus e os profissionais de museus em Portugal, seja através do ICOM Portugal, seja através da APOM, e que todos em conjunto têm contribuído para a consolidação e maturidade do tecido museológico nacional, alertando para a necessidade de prosseguir novas linhas de trabalho, tais como na área da gestão da qualidade, cujas ferramentas contribuem para a avaliação do conhecimento, da transparência da gestão, da governança e da valorização do edifício humano do museu.



Mário Antas, Museu Nacional dos Coches, começou por enaltecer o papel da RPM na área da formação, que deu aos profissionais de museus um complemento importante às suas formações académicas, ao mesmo tempo que sempre proporcionou a participação em grupos de trabalho e um espaço de partilha e diálogo entre colegas. Enfatizou seguidamente o facto de várias redes informais nas quais muitos museus marcam presença serem, de alguma forma, fruto da RPM, lançando o repto de se fazer um encontro nacional onde todos os museus possam partilhar as suas experiências por sectores temáticos, num espaço de reflexão e de partilha.

António Nunes Pereira, Palácio Nacional de Sintra, Palácio Nacional da Pena, Palácio de Monserrate e Palácio Nacional de Queluz abordou a importância de se fazer a ponte com as universidades, na perspectiva de angariar doutorandos e mestrandos para os museus, os quais deveriam ser centros de investigação com uma produção científica passível de promover a sua acreditação junto da FCT. No seu entender, uma das pontes para o futuro da RPM passaria por estabelecer contactos com as universidades para, nomeadamente, os museus poderem passar a integrar os júris de doutoramentos na área, desafiando Paulo Trincão a trabalhar conjuntamente uma estratégia para estabelecimento de uma ponte entre o saber quase infinito das universidades e os temas de investigação quase infinitos dos museus.



Pedro Inácio, Associação Portuguesa de Museologia, começou por afirmar a disponibilidade da APOM para se constituir como um elo de ligação com os museus portugueses, muito diversos em termos de tutela, que começam a ter um peso considerável na economia cultural e na sustentabilidade económica e financeira do país, sendo que a Rede representa só cerca de 20% dos museus existentes em Portugal. Chamou de seguida a atenção para a necessidade da Rede se debruçar sobre o problema de, no caso de algumas tutelas, se verificar a existência de um distanciamento das mesmas face às problemáticas dos museus, bem como para, no contexto da nova definição de museu do ICOM, dar atenção aos temas da ética, da inclusão e da sustentabilidade. Concluiu enaltecendo a capacidade de resiliência dos museus no contexto difícil dos últimos anos pautado pelo encerramento de instituições de diversa natureza.

Maria Judite Alves, Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa reportando-se à intervenção de António Nunes Pereira, interveio para sublinhar a dificuldade de afirmação do museu universitário no contexto das próprias universidades, na medida em que, por vezes, acaba por ser encarado como um elemento algo estranho à vida universitária, daí resultando a circunstância de um museu universitário ser encarado sobretudo como um local em que se transmite o conhecimento e não onde se produz investigação. De seguida partilhou a experiência do Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa como uma estrutura científica reconhecida pela FCT, informando que os três museus universitários (Coimbra, Lisboa e Porto) se constituem atualmente como uma infraestrutura científica reconhecida no Roteiro Nacional das Infraestruturas Científicas como de interesse estratégico para o país. Essa infraestrutura trabalha, portanto, em conjunto, disponibilizando uma série de serviços à comunidade científica e, também, museológica.

Fátima Roque, moderadora e Diretora do Departamento Museus, Monumentos e Palácios, retomou a palavra e sintetizou alguns aspetos das intervenções da assistência, passando de seguida a palavra ao painel de oradores.

Clara Camacho sinalizou a existência de um tema que capta a atenção de vários dos presentes, sublinhando o seu potencial, em termos de cooperação, para a eventual organização de redes temáticas ou grupos de trabalho e o seu potencial contributo para as redes de conhecimento, na medida em que extravasa o universo dos museus e abarca a estrutura científica e de ensino e universitário, convocando articulações intersectoriais entre a cultura, o ensino superior e a ciência.

José Gameiro, reportando-se à intervenção de **Dália Paulo** e de **Pedro Inácio**, sublinhou a importância da monitorização dos museus da Rede e a necessidade de aferir o cumprimento das funções museológicas por parte dos mesmos, tendo em vista a verificação dos requisitos de credenciação e a pedagogia daí resultante.

Clara Camacho, em complemento à intervenção de **José Gameiro**, recordou que a legislação em vigor que enquadra a credenciação prevê a possibilidade de sair da Rede. Prosseguiu referindo que as redes são dinâmicas e não estáticas, e que eventuais saídas, temporárias e pedagógicas, têm muitas vezes por função a requalificação dos museus. Sublinhou que a monitorização faz parte do processo de pertença à Rede e que, nessa medida, a possibilidade de saída é do conhecimento do museu que se candidata, sendo que a exigência legal do cumprimento dos requisitos de credenciação pode, por vezes constituir uma forma de sensibilizar as respetivas tutelas para a necessidade de afetar aos museus os recursos e meios adequados à prossecução da sua missão.

Fátima Roque, moderadora e Diretora do Departamento Museus, Monumentos e Palácios, devolveu a palavra à assistência para uma última ronda de questões, informando estar prevista em 2023 a implementação da monitorização dos museus credenciados, tendo por base o trabalho e ferramentas criadas em 2022 pelo Departamento de Museus, Conservação e Credenciação da Direção-Geral do Património Cultural.

Maria Alzira Roque Gameiro, Museu da Aguarela Roque Gameiro, informou que o Museu da Aguarela Roque Gameiro é um museu credenciado há quatro anos e, reportando-se à intervenção de Manuel Pizarro, referiu ser evidente, no seu entender, que a credenciação vale muito a pena, na justa medida em que o próprio processo de

candidatura representou, em si, para um pequeno museu como o Museu da Aguarela Roque Gameiro, com uma equipa diminuta mas fortemente orientado para a comunidade, um caminho de profissionalização, de crescimento, de ganho de experiência e de qualificação, pautado por trabalho intenso e demorado, mas também muito gratificante. Concluiu desafiando os presentes a visitarem e a conhecerem o Museu, pequeno em dimensão mas grande em conteúdo.

Maria de Jesus Monge, Museu Biblioteca da Casa de Bragança e ICOM Portugal, sublinhou a importância da RPM na qualificação e na implementação de boas práticas nos museus portugueses, manifestando a sua satisfação pela notícia de que será retomado pela DGPC o trabalho de acompanhamento dos museus credenciados, designadamente através da monitorização. Nessa linha, recordou o trabalho desenvolvido pelo ICOM, nomeadamente ao nível do problema dos profissionais, uma das áreas em que as instituições enfrentam mais problemas. Ainda neste âmbito, sublinhou a importância de se retomar e reforçar o alcance do programa de formação da Rede, na medida em que é uma das suas linhas mais intensas de trabalho, não só ao nível dos contactos entre profissionais, mas também como uma ferramenta de requalificação.

Mônica Barcelos, Coordenadora da Unidade Técnica do IberMuseus, partilhou o que considera ser uma visão mais institucional, na senda da Associação Portuguesa de Museologia e do ICOM Portugal, nomeadamente do IberMuseus, que é um programa de cooperação intergovernamental, do qual Portugal faz parte. Nesse âmbito, felicitou o governo português e os profissionais do setor pela resistência e pela capacidade de manterem uma rede integrada de museus durante mais de vinte anos, um caso único na sua perspetiva de observadores de políticas e práticas museais em distintos países do território do IberMuseus. Sublinhou não ser do seu conhecimento outra rede com um trabalho tão permanente e com tão longa duração e que esteja a fazer agora um processo de reflexão, de revalorização do seu trabalho e redefinição da estratégia e de caminhos. Concluiu colocando o programa IberMuseus e a respetiva experiência e conhecimento de trabalho em rede junto de vários países à disposição da RPM para trabalhar nesse caminho.

Fátima Roque, moderadora e Diretora do Departamento Museus, Monumentos e Palácios, informou os presentes de que está prevista a realização da Formação RPM em 2023, convidando os presentes a apresentar propostas de temas que considerem prioritários. Seguidamente, agradeceu a participação da assistência e dos oradores convidados, dando por encerrado o período de debate.



CERIMÓNIA DE ENTREGA DA CREDENCIAÇÃO DE MUSEUS DA RPM

Museu da Ciência e de História Natural da Universidade de Coimbra
Museu Municipal de Espinho
Museu de Marinha
Museu Militar de Lisboa
Museu Municipal de Arqueologia de Silves
Museu Sporting
Museu dos Terceiros
Museu do Neo-Realismo
Museu Municipal de Vidigueira

Museu da Ciência e de História Natural da Universidade de Coimbra

Criado em 1772, no âmbito da Reforma Pombalina, constitui-se como o primeiro museu universitário criado em Portugal. Localizado no edifício do antigo Colégio de Jesus e no edifício designado por *Laboratorio Chimico*, na Alta Universitária de Coimbra, Património Mundial da UNESCO em 2013, o Museu da Ciência e de História Natural da Universidade de Coimbra tem atualmente por vocação captar e motivar os cidadãos para a Ciência, bem como promover o conhecimento da História da Ciência em Portugal através da exposição, estudo e investigação das suas extraordinárias e vastas coleções. Tutelado pela Universidade de Coimbra, o Museu da Ciência e de História Natural da Universidade de Coimbra foi credenciado em 20 de setembro de 2022.



João Carlos dos Santos, Diretor-Geral do Património Cultural | **Isabel Cordeiro**, Secretária de Estado da Cultura | **Paulo Trincão**, Museu da Ciência e de História Natural da Universidade de Coimbra

Museu Municipal de Espinho

Inaugurado em 2009 e instalado no edifício de uma antiga fábrica conserveira de Espinho, o Museu Municipal de Espinho assume-se como um espaço dinâmico de interação entre o passado e o presente, procurando transmitir as antigas vivências piscatórias, operárias, balneares e urbanas à atual comunidade do concelho. Com três importantes núcleos de exposição permanente, o Museu procura enquadrar a atividade da antiga fábrica no contexto nacional e internacional, destacando-se pelo seu trabalho de preservação, estudo e divulgação da Arte Pesqueira da Xávega e do Bairro da Marinha, conjunto urbano de cariz social que acolhe grande parte da comunidade piscatória do concelho. Tutelado pela Câmara Municipal de Espinho, o Museu Municipal de Espinho foi credenciado a 24 de agosto de 2021.



João Carlos dos Santos, Diretor-Geral do Património Cultural | **Isabel Cordeiro**, Secretária de Estado da Cultura | **Maria Manuel Cruz** e **Armando Bouçon**, Museu Municipal de Espinho

Museu de Marinha

Situado na ala oeste do complexo monumental do Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, este museu centenário, criado em 1863 por iniciativa do rei D. Luís, tem como missão conservar e expor um acervo constituído por objetos de valor histórico, artístico e documental do património da Marinha desde o período da expansão marítima portuguesa, interpretando e divulgando a história da relação dos portugueses com o mar nas suas múltiplas dimensões. Assumindo-se como Museu “de” Marinha, e não apenas “da” Marinha, por nele se procurar mostrar a Marinha nas suas diversas vertentes – militar, comercial ou recreativa, o Museu destaca-se por um continuado e qualificado investimento na prossecução das funções museológicas e pela progressiva renovação do seu programa museográfico. Tutelado pela Marinha, foi credenciado em 20 de setembro de 2022.



João Carlos dos Santos, Diretor-Geral do Património Cultural | **Isabel Cordeiro**, Secretária de Estado da Cultura | **José Croca Favinha**, Museu de Marinha

Museu Militar de Lisboa

Instituição centenária sediada em Lisboa, a sua inauguração em 1851 confere-lhe mais de 170 anos de existência e posiciona o Museu Militar de Lisboa como um dos mais antigos museus portugueses. Salvaguardando um riquíssimo património cultural, possui uma das maiores coleções de artilharia do mundo e, desde a sua fundação, tem prosseguido a promoção, valorização, enriquecimento e exposição do património histórico-militar à sua guarda, bem como a divulgação dos valores ligados à história militar, procurando enquadrar na sua atividade de investigação e mediação diversas componentes de reflexão crítica e científica contemporâneas. Tutelado pelo Exército, o Museu Militar de Lisboa foi credenciado a 24 de agosto de 2021.



Francisco Amado Rodrigues, Museu Militar de Lisboa | **João Carlos dos Santos**, Diretor-Geral do Património Cultural | **Isabel Cordeiro**, Secretária de Estado da Cultura | **Aníbal Alves Flambó**, Museu Militar de Lisboa

Museu Municipal de Arqueologia de Silves

Inaugurado em 1990, o Museu Municipal de Arqueologia de Silves tem por missão estudar, conservar, documentar, incorporar e divulgar as coleções nas áreas temáticas e ser um elemento integrante da comunidade local. Ativo na preservação e difusão do património e tradições locais, através da inventariação, salvaguarda, conservação, interpretação e valorização dos testemunhos arqueológicos do concelho de Silves, e reconhecido como exemplo de boas práticas no cumprimento das funções museológicas, o Museu Municipal de Arqueologia de Silves assume-se como ponto de passagem obrigatório para quem visita o Algarve e procura conhecer a sua história e origens da ocupação do território. Tutelado pela Câmara Municipal de Silves, o Museu foi credenciado a 20 de setembro de 2022.



João Carlos dos Santos, Diretor-Geral do Património Cultural | **Isabel Cordeiro**, Secretária de Estado da Cultura | **Maria José Gonçalves**, Museu Municipal de Arqueologia de Silves

Museu Sporting

Situado no Estádio José de Alvalade, em Lisboa, inaugurado em 2004, o Museu Sporting salvaguarda e interpreta a identidade e a memória desportiva através da exposição de uma coleção diversificada e consistente, que procura retratar, através do estudo e valorização do seu património material e imaterial, a história do clube, dos seus atletas e das diversas modalidades. Explorando crescentemente as questões da inclusão, acessibilidade e sustentabilidade ambiental, o Museu Sporting destaca-se pelo investimento na constituição de uma equipa multidisciplinar e qualificada e pela exemplaridade do cumprimento das funções museológicas. Tutelado pelo Sporting Clube de Portugal, foi credenciado a 20 de setembro de 2022 e é o primeiro Museu de Desporto a integrar a Rede Portuguesa de Museus.



João Carlos dos Santos, Diretor-Geral do Património Cultural | **Isabel Cordeiro**, Secretária de Estado da Cultura | **Isabel Víctor**, Museu Sporting

Museu dos Terceiros

Situado em Ponte de Lima, o Museu dos Terceiros, reativado em 2002, tem por missão salvaguardar e promover o conhecimento do património religioso do concelho de Ponte de Lima, tendo por base um importante acervo constituído, quase na totalidade, por obras de arte sacra dos séculos XVII e XVIII. Neste âmbito, o Museu dos Terceiros destaca-se não só pela importância histórica e artística do seu acervo, como também pela enorme riqueza do conjunto arquitetónico em que está instalado, formado pela Igreja da Ordem Terceira de São Francisco e pela parte remanescente do Convento de Santo António dos Frades. Tutelado pela Câmara Municipal de Ponte de Lima e pelo Instituto Limiano, o Museu dos Terceiros foi credenciado a 6 de abril de 2021.



João Carlos dos Santos, Diretor-Geral do Património Cultural | **Isabel Cordeiro**, Secretária de Estado da Cultura | **Gonçalo Rodrigues**, Museu dos Terceiros

Museu do Neo-Realismo

Situado em Vila Franca de Xira, o Museu do Neo-Realismo abriu ao público em 1990. O atual edifício, com projeto do Arquiteto Alcino Soutinho, inaugurou em 2007. Tutelado pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, o Museu assume uma vocação de âmbito nacional, centrada na incorporação, documentação, estudo, preservação, valorização e divulgação de coleções documentais e artísticas ligadas ao movimento neorrealista português, distinguindo-se, na sua atividade de promoção do conhecimento e mediação, pela prática de investigação em múltiplas áreas disciplinares ligadas ao seu acervo, apostando em conteúdos programáticos de estímulo ao pensamento crítico e à promoção da cidadania. Alvo de uma ampla e recente remodelação ao nível da museografia e conteúdos, o Museu foi credenciado a 6 de abril de 2021.



João Carlos dos Santos, Diretor-Geral do Património Cultural | **David Santos**, Museu do Neo-Realismo | **Isabel Cordeiro**, Secretária de Estado da Cultura | **Manuela Ralha**, Museu do Neo-Realismo

Museu Municipal de Vidigueira

Situado em Vidigueira, o Museu Municipal de Vidigueira, inaugurado em 2004, encontra-se instalado no edifício da antiga Escola Primária Vasco da Gama, remodelado e adaptado à finalidade museológica. De abrangência local, o Museu Municipal de Vidigueira retrata a sociedade rural vidigueirense do Baixo Alentejo da primeira metade do século XX nos seus aspetos económico, social e cultural, não só a partir da história e antiga funcionalidade do edifício, mas sobretudo a partir do seu excecional acervo, interpretado e divulgado por uma museografia exemplar, distinguindo-se ainda pelo registo continuado do património imaterial do concelho. Tutelado pela Câmara Municipal de Vidigueira, o Museu Municipal de Vidigueira foi credenciado em 6 de abril de 2021.



João Carlos dos Santos, Diretor-Geral do Património Cultural | **Isabel Cordeiro**, Secretária de Estado da Cultura | **Rui Manuel Serrano Raposo**, Museu Municipal de Vidigueira

ENCERRAMENTO

—



João Carlos dos Santos
Diretor-Geral do Património Cultural

Exma. Senhora Secretária de Estado da Cultura, Dr.^a Isabel Cordeiro

Exmas. Senhoras Diretoras Regionais de Cultura

Exmos. Representantes dos Museus Credenciados

Exmos. Oradores

Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, ilustres participantes

Gostaria de saudar todos os presentes e agradecer a sua presença neste Encontro de Museus da Rede Portuguesa de Museus, destacando o debate que hoje teve lugar, um debate rico e promissor, que permite reunir contributos para a construção coletiva e colaborativa do caminho futuro da Rede Portuguesa de Museus.

Caminho esse que, para já, se fará a 165 vozes – muitas delas hoje aqui representadas -, e que são as vozes de todos quantos, hoje, integram a Rede Portuguesa de Museus, incluindo já os nove museus aos quais, hoje, tivemos a honra e o prazer de entregar a credenciação - e que saúdo, uma vez mais.

Um conjunto de vozes que reflete aquela que é uma das características mais interessantes e diferenciadoras da Rede Portuguesa de Museus: integrando, por inerência, os museus dependentes da tutela da Cultura e das Direções Regionais de Cultura, a Rede Portuguesa de Museus é, na verdade, um sistema aberto e alargado, nacional e transversal, que

assenta num processo de credenciação, formalizado voluntariamente mediante apresentação de candidatura, através da qual se processa a adesão dos museus que queiram pertencer à Rede. Uma Rede, portando, em permanente crescimento, que se dirige à totalidade dos museus públicos e privados e de todas as tipologias. Uma Rede que se destaca, assim, pelo seu elevado nível de diversidade e abrangência, assente num denominador comum: o da vontade e da prossecução do cumprimento das funções museológicas, reconhecidas pela credenciação.

Um caminho que se fará também, evidentemente – diria mesmo, obrigatoriamente! - com a participação de todos os demais parceiros que são pedras basilares do sistema, sejam eles as Direções Regionais de Cultura, as associações do setor, e também - cada vez mais -, as redes de museus de âmbito local, intermunicipal ou regional, redes essas que se têm desenvolvido de forma notável nos últimos anos, em Portugal, e que hoje representam algumas das estruturas mais dinâmicas e relevantes para a construção do trabalho em rede e em parceria, que importa convocar e envolver neste processo.

Sem querer alongar uma sessão que já vai longa, e tendo a Senhora Secretária de Estado já realçado o empenho do Governo e da sua Secretaria de Estado em relançar e promover a Rede Portuguesa de Museus, gostaria apenas de sublinhar o forte compromisso da Direção-Geral do Património Cultural no cumprimento desse objetivo.

No que especificamente à área dos museus diz respeito, esta Direção-Geral tem como atribuições, entre muitas outras que com ela se cruzam, as de propor e executar a política museológica nacional; promover a qualificação e credenciação dos museus portugueses; superintender, reforçar e consolidar a Rede Portuguesa de Museus; dar cumprimento à Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

Ao longo dos últimos anos, e no que à Rede Portuguesa de Museus diz respeito, esta Direção-Geral tem prosseguido as suas atribuições e os seus objetivos estratégicos através do desenvolvimento de linhas de ação e implementação de programas concretos, seja ao nível da credenciação, da formação e, mais recentemente desde 2019, através de programas de apoio financeiro de qualificação especificamente dirigidos a Museus da Rede Portuguesa de Museus, de que é exemplo o ProMuseus.

Um trabalho que será, certamente, prosseguido e reforçado e que refletirá também os contributos de todos vós ao longo do debate hoje realizado, tendo em vista a afirmação da Rede Portuguesa de Museus enquanto estrutura nacional de referência, de dimensão colaborativa, desejavelmente assente no equilíbrio entre a identidade e objetivos coletivos da Rede e a identidade própria, única, institucional e insubstituível de cada Museu. Uma Rede com perspetivas de futuro e atenta aos desafios que hoje se colocam, no prisma nacional e internacional, a todos os Museus. Uma Rede que pretendemos reforçada, também, no que respeita ao trabalho em parceria. Uma Rede em que o compromisso, o sentido de partilha e de causa comum se assumem como valores fundamentais e na qual a Direção-Geral do Património Cultural se assumirá como parceiro empenhado e ativo.

A todos, muito obrigado.

LISTA DE PARTICIPANTES

—

A

Adriana Freire Nogueira

Adriana Santos

Aida Guerra

Aida Rechená

Albertina da Conceição Carvalho

Alexandra Falcão

Alexandra Lima

Ana Paula Miranda

Ana Paula Pulido

Ana Raquel Parra

Ana Rosa Sousa

Ana Sabino

Ana Smina

Ana Sofia Semeano

Anabela Rodrigues

André Bernardo

Andreia Galvão

Aníbal Alves Flambó

António Carvalho

António Nabais

António Nunes Pereira

António Pereira

Armando Bouçon

B

Berta Pereira

C

Carine Souza

Carlos Araújo Sequeira

Carlos Guerra

Carlos Mouta Raposo

Carlos Oliveira

Catarina de Sousa Carvalho

Catarina Dias

Catarina Romão Gonçalves

Catarina Roquette

Celina Pinto

Clara Frayão Camacho

Cláudia Candeias

Cláudia Jorge Freire

Conceição Assis Macieira

Conceição Marques

Constança Moreira Rato Azevedo Lima

Cosme Delgadinho

Cristina Gonçalves

Cristina Pacheco

Cristina Rufino

D

Dália Paulo

David Felgueira

David Nunes

David Pereira

David Santos

Diogo Nascimento

Diogo Paz

Dóris Santos

Dulce Patarra

E

Edward Ayres de Abreu

Elvira Sequeira

Emília Ferreira

F

Fátima Roque

Fernando Vale

Filipa de Sousa Neto

Filipa Ribeiro

Flora Maravalhas

Francisco Amado Rodrigues

Francisco Lino

G

Gabriel Peralta

Gabriela Carvalho

Gisela Lima

Gonçalo Rodrigues

Graça Araújo

Graça Mendes Pinto

H

Henrique Costa

Hermenegildo Viana

I

Idalina Mesquita

Idalina Nunes Nobre

Inês Freitas

Inês Rodrigues

Inês Vila

Isabel António

Isabel Borda De Água

Isabel Cordeiro

Isabel Melo

Isabel Pinto

Isabel Rocha

Isabel Soares

Isabel Víctor

J

Joana Lino Dias

Joana Loureiro

Joana Rosa

João Barreira

João Carlos dos Santos

João Carriço

João Fernandes

João Gameiro

João Herdade

João Maria Carvalho

Joaquim Ruivo

Joaquim Caetano

Joaquim Carvalho

Jorge da Costa

Jorge Salvador

Jorge Santos

José Alberto Ribeiro

José Arnaut

José Croca Favinha

José Gameiro

José Novo

L

Laura Castro

Lígia Rafael

Liliana Póvoas

Lisete Carrondo

Lisete Cipriano

Lucinda Fernandes

Luís Filipe Nascimento

Luís Filipe Santos

Luísa Costa

Luísa Fachada

Luísa Garcia Fernandes

M

Magda Viana

Manuel Bairrão Oleiro

Manuel de Novaes Cabral

Manuel João Neiva

Manuel Morais Sarmento Pizarro

Manuela Ralha

Maria José Moniz Pereira

Maria Alzira Roque Gameiro

Maria Amélia Fernandes

Maria Ana Judas

Maria Cristina Gonçalves

Maria da Conceição Correia

Maria da Luz

Maria de Jesus Monge

Maria do Rosário Alvellos

Maria João Santos

Maria José Gonçalves

Maria José Santos

Maria Judite Alves

Maria Manuel Cruz

Mariana Jacob Teixeira

Mariana Soares

Mário Antas

Mário Cachada

Mário Lucas

Marlene Oliveira

Marta Costa

Marta Gonçalves

Marta Mestre

Marta Ribeiro

Marta Santos

Matilde Martins dos Santos

Mercedes Stoffel Fernandes

Miguel Marques

Mônica Barcelos

N

Natália Luiz

Nelson Gonçalves

Nicole Costa

Nuno Fradique

Nuno Moura

P

Patrícia Araújo

Patrícia Batista

Patrícia Machado

Paula Ribeiro

Paula Vacas

Paulo Alves

Paulo Ferreira da Costa

Paulo José da Cruz Lourenço

Paulo Trincão

Pedro Inácio

R

Raquel Martins

Raquel Silva Pereira

Regina Branco

Ricardo Rodrigues

Rita Jerónimo

Rita Dargent

Rita Guimarães

Rita Sá Marques

Rogério Abreu

Rosário Calvão

Rosário Correia Machado

Rui Manuel Serrano Raposo

S

Salvador Patrício Gouveia

Sandra Ferreira

Sandra Leandro

Sandra Loureiro da Cruz

Sílvia da Conceição Robalo Moreira

Sílvia Santa-Rita

Sofia Marçal

Sónia Faria

Susana Gonçalves

Suzana Menezes

T

Tatiana Lopes

Teresa Crespo

Teresa Morna

Teresa Mourão

Thais Lenzi Bressiani

V

Vanda Rocha

Vítor Manuel Fernandes Pereira

LISTA

DE ENTIDADES

PARTICIPANTES

Ministério da Cultura

Secretaria de Estado da Cultura

Direção-Geral do Património Cultural

Direção-Regional de Cultura do Alentejo

Câmara Municipal de Amarante

Câmara Municipal de Benavente

Câmara Municipal de Espinho

Câmara Municipal de Leiria

Câmara Municipal de Loures

Câmara Municipal de Ponte de Lima

Câmara Municipal de Santiago do Cacém

Câmara Municipal de Sesimbra

Câmara Municipal de Silves

Câmara Municipal de Torres Novas

Câmara Municipal de Torres Vedras

Câmara Municipal de Vidigueira

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Casa-Museu Abel Salazar

Casa-Museu Anastácio Gonçalves

Centro Internacional das Artes José de Guimarães

Consolata Museu | Arte Sacra e Etnologia

Ecomuseu Municipal do Seixal

Instituto Limiano

Museu Arqueológico São Miguel de Odrinhas

Museu Biblioteca da Casa de Bragança

Museu da Cerâmica

Museu da Cerâmica de Sacavém

Museu da Cidade do Porto

Museu da Ciência e de História Natural da Universidade de Coimbra

Museu da Covilhã

Museu da Fundação Cupertino de Miranda

Museu da Guarda

Museu da Luz

Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria

Museu da Pólvora Negra

Museu da Terra de Miranda

Museu de Agualela Roque Gameiro

Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa

Museu de Arte Contemporânea de Elvas

Museu de Artes Decorativas de Viana do Castelo

Museu de Francisco Tavares Proença Júnior

Museu de José Malhoa

Museu de Lamego

Museu de Marinha

Museu de Mértola - Cláudio Torres

Museu de Portimão

Museu de São Roque

Museu de Setúbal - Convento Jesus

Museu do Abade de Baçal

Museu do Ar

Museu do Caramulo

Museu do Centro Hospitalar do Porto

Museu do Mar Rei D. Carlos

Museu do Neo-Realismo

Museu do Trabalho Michel Giacometti

Museu do Traje de Viana do Castelo

Museu dos Terceiros

Museu Dr. Joaquim Manso

Museu Marítimo de Ílhavo

Museu Militar de Lisboa

Museu Militar do Porto

Museu Monográfico de Conímbriga – Museu Nacional

Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso

Museu Municipal Carlos Reis

Museu Municipal de Albufeira

Museu Municipal de Arqueologia de Silves

Museu Municipal de Benavente

Museu Municipal de Coruche

Museu Municipal de Espinho

Museu Municipal de Esposende

Museu Municipal de Estremoz

Museu Municipal de Loulé

Museu Municipal de Loures

Museu Municipal de Penafiel

Museu Municipal de Sesimbra

Museu Municipal de Vidigueira

Museu Municipal de Vila Franca de Xira

Museu Municipal Leonel Trindade

Museu Nacional Arte Antiga

Museu Nacional da Música

Museu Nacional de Arqueologia

Museu Nacional de Arte Contemporânea - Museu do Chiado

Museu Nacional de Etnologia

Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa

Museu Nacional do Azulejo

Museu Nacional do Teatro e da Dança

Museu Nacional do Traje

Museu Nacional dos Coches

Museu Nacional Ferroviário

Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo

Museu Regional de Beja – Museu Rainha Dona Leonor

Museu Sporting

Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães

Paço Ducal de Vila Viçosa

Palácio Nacional da Ajuda

Palácio Nacional da Pena

Palácio Nacional de Queluz

Palácio Nacional de Sintra

